

“O MUNDO TRANSFORMADO”: QUESTÕES PERTINENTES DA ANTROPOLOGIA⁸³

Autor:

ANA GITA DE OLIVEIRA

Resenhado por:

Lailson Ferreira da Silva⁸⁴

Ana Gita de Oliveira possui graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1977), mestrado (1981) e doutorado (1992) em Antropologia pela Universidade de Brasília. É pesquisadora da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales: Programa Santiago*, desde 1993. Suas principais áreas de atuação estão inseridas nas ciências humanas, com destaque para as questões relacionadas à etnologia indígena e o patrimônio cultural. Tem artigos e livros publicados acerca da temática indígena na Região do Alto Rio Negro. E mais recentemente trabalhos voltados para a discussão sobre a categoria de patrimônio.

O livro “O mundo transformado” é resultado da publicação da tese de doutorado de Oliveira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Brasília (UnB). A obra trata das transformações sociais ocorridas na região do Alto Rio Negro, com destaque para o atual município de São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia brasileira.

A partir do estudo da “cultura de fronteira”, procura mostrar como a atuação de diversos segmentos sociais nessa área modificou, de forma significativa, as relações sociais existentes entre a população indígena que ali habita. Ao nomear a “cultura de fronteira” como objeto de sua reflexão, Oliveira afirma que esta, “enquanto um campo sociocultural específico circunscreve segmentos, aglutina tensões, confronta tradições, criando arranjos polissêmicos com ideologias hegemonicamente diferenciadas” (p. 06). E, que, apesar de ser constituída por diversos momentos históricos de ocupação empreendidos por missionários e

219

⁸³ OLIVEIRA, Ana Gita de. **O mundo transformado: um estudo da “cultura de fronteira” no Alto Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995, 230 pp.

⁸⁴ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista do CNPq. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carvalho de Assunção. E-mail: layllson@yahoo.com.br

militares, bem como outros grupos de interesses, os indígenas ocupam um lugar de destaque em sua análise. Nas palavras de Oliveira, esse segmento confere à “cultura de fronteira” uma característica singular: “uma configuração concreta que expressa inequivocamente, em termos históricos e culturais, a diversidade humana”. Ao enfatizar essa “diversidade humana” fica claro que as mudanças acontecidas nesse espaço incidiram diretamente sobre a sua forma de organização social, fazendo com que essa população diversificada internamente por meio de critérios de diferenciação e identificação, baseados na língua, (re) orientasse suas condutas sociais e culturais.

Esse processo teve início por volta do século XVIII, quando a região do Alto Rio Negro passou a ser alvo de projetos nacionais de integração das fronteiras e, por conseguinte, a ocupação dos “espaços vazios”, o que já tinha acontecido em outras regiões do país. Fundamentado num ideal de civilização, a organização tribal existente foi desarticulada, minimizando as diferenças internas entre grupos, ao mesmo tempo em que a região era ocupada por povos vindos de outros estados do país.

Mas para Oliveira, a situação intensificou-se com o desenvolvimento do espaço urbano que exerceu um grande fascínio sobre os povos indígenas. Esse fascínio era motivado pelos ideais de modernidade que se articulavam diretamente com a cidade que passou a representar o progresso, enquanto o campo, o atraso. Vivendo na cidade, os povos da região começaram a negar a sua própria condição étnica na busca de “ser moderno”, o que os levou a um processo de segmentação étnica e, por conseguinte, de homogeneização ao serem inseridos no mercado de trabalho.

As mudanças, portanto, deram novos contornos às relações sociais existentes. Já não era mais possível identificar os indígenas a partir dos critérios de pertença étnica no espaço urbano. O contato interétnico integrou-os completamente a uma nova forma de identificação social, deixando para trás os atributos que compunham a sua identidade.

Para fundamentar essas argumentações, Oliveira recorreu a Roberto Cardoso de Oliveira e Eric Wolf, principalmente para explicitar as relações de contato entre etnias diferenciadas (Cardoso de Oliveira) e a diluição das “relações primordiais”, à medida que os indivíduos deixam o espaço local e se integram ao contexto urbano marcado pelas relações capitalistas (Wolf).

As questões apresentadas durante a obra foram elaboradas a partir do trabalho de campo dividido em duas partes: um primeiro momento voltado para o reconhecimento da região, a partir de viagens exploratórias. E um segundo momento marcado por um levantamento das populações indígenas originárias do Alto Rio Negro, que estavam vivendo na cidade, o que revelou a homogeneização causada pelo intenso contato ao longo da história.

Através de entrevistas colhidas com os povos da região, Oliveira tentou estabelecer critérios de diferenciação entre as diversas etnias componentes do espaço urbano, bem como justificar as transformações ocorridas no Alto Rio Negro.

O uso de fontes secundárias também foi fundamental para o estabelecimento de um percurso cronológico dessas modificações. Nesse caso, utilizou-se uma extensa literatura produzida sobre o Alto Rio Negro, tais como: os relatos dos primeiros cronistas, dos cronistas modernos, a literatura salesiana e as etnografias modernas. O uso de mapas é recorrente no decorrer da narrativa, como uma forma de situar o leitor no espaço sobre o qual está falando.

Após a leitura do livro, uma questão se tornou pertinente: O que é a cultura de fronteira? Durante toda a sua narrativa, a autora não tem a preocupação em defini-la, mesmo que indique em alguns momentos as etapas que a constituem. Essa indefinição proporciona múltiplas interpretações e dificuldade de entender como ela se articula com a nova realidade social emergente no Alto Rio Negro. Seria a “cultura de fronteira” uma configuração sociocultural formada a partir do contato de culturas diferentes? Esta é uma pergunta que a presente leitura não possibilita resposta.

Mas é justamente quando o assunto é discutir as transformações ocorridas nesse espaço que surge uma contradição entre o referencial teórico baseado na noção fricção interétnica desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira e a abordagem proposta por Oliveira. Em Oliveira, a transformação é pensada enquanto um processo descontínuo, ou seja, à medida que essa ocorre é possível visualizar o seu fim. Ao ser vista dessa maneira, a transformação pressupõe uma idéia de perda, uma vez que o contato dos indígenas com outras etnias proporcionou o desaparecimento das divergências culturais; diferentemente da proposta de Roberto Cardoso de Oliveira que procura ver o contato como o *locus* privilegiado para o estabelecimento da diferenciação entre grupos, a partir de

contrastes e conflitos. Percebe-se, assim, que as ideias de Oliveira não conseguem se distanciar totalmente das premissas da aculturação.

Além disso, as transformações são interpretadas tomando como referência apenas as mudanças externas e percebidas de forma objetiva, ou seja, aquelas que comparadas com outros períodos da história desses povos não se apresentam da mesma maneira. Em nenhuma ocasião a perspectiva do nativo é levada em consideração. Quando este aparece no decorrer da narrativa é por meio de falas que justificam determinadas afirmativas feitas pela autora.

São Gabriel da Cachoeira e outros núcleos populacionais (como Cucuí e Iauaretê) podem ser vistos como sínteses civilizatórias, constitutivas da “cultura de fronteira”, que veem projetadas na configuração urbana os paradoxos constitutivos da história de ocupação regional de forma mais acentuada. Um dos primeiros paradoxos refere-se à superposição de formas produtivas diversas, coexistindo no mesmo espaço. Segundo o depoimento de um morador de S. Gabriel (Oliveira, 1989, p. 155).

Em muitos casos, não é possível identificar quem “fala”: “Na narrativa Dessana, transparecem as articulações mágicas e históricas, em espaços e ritmos ancestrais e atuais”, ou seja, os atores sociais são sempre caracterizados a partir de generalizações.

Para Marcus e Cushman (1982), essa é uma das características presentes em um tipo de escrita etnográfica denominada de realista, isto é, “*a mode of writing that seeks to represent the reality of a whole world or form of life*”. Com esse propósito de representar o “todo”, as individualidades são desconsideradas em detrimento dos aspectos mais amplos da organização social. A ênfase volta-se para os detalhes e as demonstrações redundantes.

Aqui, aparecem outras questões relacionadas com a escrita etnográfica enquanto uma forma de autoridade. Clifford (2002), Marcus e Cushman (1982) convergem ao afirmarem que a construção da autoridade etnográfica se dá através da escrita.

Isso acontece porque o ato de escrever é o produto final do trabalho do antropólogo. Assim, ele precisa ordenar e apresentar os dados adquiridos através da sua experiência de campo, dando “validade/legitimidade” ao seu trabalho. Mas é nesse momento que a sua escrita enfrenta questionamentos.

Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensa experiências de pesquisa, como uma experiência incontável se transforma num relato escrito e legítimo? Como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de “um outro mundo” mais ou menos diferenciado, composta por um autor individual? (CLIFFORD, 2002, p. 21).

A permanência dessas indagações demonstra que a escrita antropológica ainda não é “levada a sério como escrita”. Dessa forma, para mostrar que esteve lá, Oliveira opta pela construção de um texto que se aproxime da verossimilhança, à medida que traz uma organização dos “detalhes culturais”.

A ordenação de um imenso número de detalhes culturais sumamente específicos tem sido a principal maneira pela qual a aparência de verdade, verossimilhança, a *vraisemblance*, a *Wahrscheinlichkeit* – é buscada nesses textos (GEERTZ, 2002, p. 13-14).

Nessa perspectiva, os atores sociais são tratados apenas como informantes que servem para justificar a “validade” dos dados apresentados. Por isso, não há espaço para as construções subjetivas. Os dados são expostos de uma forma que não venha a causar dúvidas no leitor. Dito de outra maneira, Oliveira tenta a aproximação com uma forma de “autoridade cientificamente validada, ao mesmo tempo em que baseada numa forma singular experiência pessoal” (CLIFFORD, 2002, p. 22).

Esse tipo de autoridade foi estabelecida no início do século XX com a publicação do trabalho de Malinowski: *Os orgonautas*. A partir de então, o trabalho do etnógrafo como aquele que interpreta a vida nativa se diferenciou dos relatos de viajantes, missionários, administradores, ganhando legitimidade.

Entretanto, esse modelo de autoridade enfrenta atualmente uma crise, considerando que

a observação participante serve como fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos (CLIFFORD, 2002, p.33).

Assim, emergiram novas estratégias de autoridade que procuram dar conta dos aspectos sensíveis, interpretativos, dialógicos e polifônicos, nos quais os “indivíduos” assumem um lugar de destaque em suas construções narrativas.

Portanto, Oliveira consegue demonstrar um conjunto de transformações que se deram na região do Alto Rio Negro. Ao mesmo tempo, se detém nos pontos generalizantes, e não como os “nativos” vivenciaram esse acontecimento. Afinal, o trabalho do antropólogo é traduzir a experiência nativa, ou seja, como os sujeitos constroem sentidos a partir da realidade social e cultural da qual participam.

Além dessas considerações, gostaria de destacar que as reflexões da autora durante a obra nos coloca diante de um grande desafio no processo de construção de textos antropológicos, isto é, a necessidade de legitimar os dados obtidos em campo através da escrita. Sem dúvida, esse foi um dos pontos que mais me chamaram a atenção durante essa leitura, pois, mesmo diante da emergência de novas formas de autoridades, essa questão ainda é uma constante.

Sendo assim, indico a leitura do livro “O mundo transformado” para todos os cientistas sociais que queiram refletir sobre estratégias de escrita no momento da apresentação dos seus dados coletados em campo.

Eu já li. Agora é a sua vez.